CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROC.CEE Nº 2411/81 (DRECAP-1 nº 4321 /80 - 4 volumes)

INTERESSADO: ESCOLA "MESQUIMAR" - CAPITAL

ASSUNTO: Recurso contra decisão do Sr. Secretário da Educação contra Indeferimento de autorização de funcionamento de Habilitação Profissionais

RELATORA: Consa MARIA APARECIPA TAMASO GARCIA

PARECER CEE Nº 179/82- CEEG - Aprovado em 17/02/82

1. HISTÓRICO

Os Senhores João Antônio Mesquita e Fátima Ramos Mesquita, identificando-se como "sócios exclusivos da Escola "Mesquimar" Ltda., já mantenedores do Curso Supletivo de 1º e 2º Graus - modalidade Suplência - à Av. das Cerejeiras 965, Jardim Japão, Capital, dirigem-se a este Conselho, através de ofício datado de 21/11/81, onde, após historiar e tecer considerações sobre as circunstâncias que culminaram com o Indeferimento ; em 06/10/81, pelo Sr. Secretário de Estado da Educação, do pedido de autorização de novos CURSOS, constante do Proc.DRECAP-1 nº 4321/80, terminaram por recorrer a este Colegiado "da decisão do Exmo. Sr. Secretário da Educação, publicada no D.O.E. de 06/10/81, por absoluta convicção de que as habilitações referidas estão perfeitamente enquadradas nas determinações das normas vigentes";

As razões do requerente encontram-se de fls. 2 a 6 e são as seguintes:

"Em 01/11/80, a Sra. Delegada de Ensino da 3a. DE - DRECAP-1, nos termos da Deliberação CEE nº 18/78 e do parágrafo único do Ant. 3º da Resolução SE nº 117/78, Indefere de plano pedido de autorização para Instalação e funcionamento dos Cursos de 2º Grau da Escola "Mesquimar", localizada na Rua Soldado José Antônio Moreira, nº 9 - Jardim Japão - Vila Maria, Capital, protocolado a 31/07/79, sob o nº 777/79, na 3a. DE (fls.48) e que se constitui no Processo DRECAP-1 nº 4321/80.

- Em 03/04/81, a Mantenedora toma ciência da resolução do Exmo. Sr. Secretário, mencionada no Item anterior (fls.72).

- Em 08/04/81, a Mantenedora recorre ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, solicitando mudança das instalações dos CURSOS da Rua Soldado José Antônio Moreira, nº 9, para prédio próximo, situado à Av. das Cerejeiras, 965, Jardim Japão, Vila Maria, Capital (fls. 73/74), onde já mantém Curso Supletivo de 1º e 2º GRAU - Modalidade Suplência, ocupando o 1º andar do prédio.

- Em 06/05/81, a Comissão de Supervisores de Ensino, a quem a Sra. Delegada de Ensino da 3a. DE solicita análise e manifestação, entende "não haver óbice, à pretensão do requerente e que parece válido e admissível que se proceda à adaptação dos autos à nova situação, " Sugere também a complementação do expediente com "a juntada de planta, descrição de prédio, do local, equipamentos e Instalações, bem como Auto de Vistoria e laudo Técnico do Corpo de

Bombeiros," declarando que "juntada tal documentação, estariam sendo aproveitadas as demais peças dos autos". (fls . 77/79).

- Em 06/05/81, (fls.80), a Sra. Delegada de Ensino acolhe o parecer da comissão solicita que a mesma providencie, junto à mantenedora, a documentação referente ao novo prédio, bem como analise as demais peças contidas na instrução do processo de autorização.

- Em 27/05/81, a Mantenedora junta a documentação solicitada sobre o novo prédio.

- Em fls. 105 a 112, a Comissão de Supervisores de Ensino da 3a. DE emite parecer referente à análise determinada pela Sra. Delegada de Ensino (fls.80) concluindo, dentre outras proposições, que:

a) no que se refere ao 2º andar, destinado ao funcionamento dos Cursos objeto de autorização, entende, "que mesmo não atingindo os padrões ideais apresenta condições satisfatórias" e quanto ao prédio entende estar "em condições de abrigar os Cursos pretendidos";

b) que, finalmente, deve-se observar que "há um número relativamente elevado de alunos, cuja vida escolar está prejudicada, devendo ser objeto de solução paralela".

- Em 05/06/81, a Sra. Vetegada de Ensino aprova o parecer da Comissão ,DE Supervisores de Ensino e encaminha os autos para o Gabinete do Exmo. Sr. Secretário da Educação.

- Em 15/06/81, o Exmo. Sr. Secretário despacha pela devolução dos autos à Mantenedora para, "no prazo de 15 dias sanar as falhas e impropriedades apontadas pelos Supervisores de Ensino" no "Regimento Escolar e Planos de Curso" e "providenciar a construção de escada, no prazo de 30 dias", sugerida pela Comissão de Supervisores, como saída de emergência, e, cujo Termo de Compromisso do interessado, datado de 27/05/81, encontra-se a fls. 104.

- Em 21/06/81, a Comissão realiza vistoria e expede relatório e parecer, concluindo que a obra realizada no prédio oferece garantia de segurança em termos de saída opcional e considera cumprida a determinação superior.

- Em 20/07/81, a Supervisora de Ensino anexa, por ordem da Sra. Delegada de Ensino, datada de 02/07/81 (fls.154), análise do Regimento Escolar e dos planos de Curso, propondo retorno à Escola "Mesquimar" dos mencionados documentos, para nova oportunidade de acertos, à luz da análise então realizada (fls.117 a 129).

- Em 23/07/81, a Sra. Delegada de Ensino encaminha ao Exmo. Sr. Secretário da Educação solicitação de um prazo último de 8 dias, para a Mantenedora cumprir os acertos determinados em fls. 117 a 119 (fls. 134).

- Em 31/07/81, o Exmo. Sr. Secretário, em fls 134 "In fine", declara estar de acordo com a solicitação da Sra. Delegada.

- Em 04/08/81, dentro do prazo estabelecido, a Mantenedora atende ao que dispõe o despacho do Exmo. Sr. Secretário da Educação, declarando que o Regimento

Escolar foi totalmente refeito, conforme indicação da Sra. Supervisora de Ensino, (fls. 166 a 208), dos autos correspondentes e que os respectivos Planos de Cursos foram reformulados à luz do novo Regimento Escolar.

- Também em 04/08/81, a Sra. Supervisora de Ensino, atendendo a despacho da Sra. Delegada de Ensino, no qual solicita análise dos autos, propõe "o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Sr. Secretário da Educação, após a homologação dos Planos de Curso pela Sra. Delegada de Ensino da 3a. DE, uma vez que foram elaborados de "acordo com a legislação em vigor".

- Em 06/08/81, dentro do mesmo prazo de 10 dias (que expiraria somente a 10/08/81), a Sra. Supervisora de Ensino anexa Relatório (por solicitação verbal da Sra. Delegada de Ensino, insatisfeita com o parecer acima).

- Em 06/10/81, pág. 8 da Seção I do D.O.E., o Exmo. Sr. Secretário da Educação indefere o pedido de autorização de funcionamento dos Cursos, mencionando "que as novas instalações não comportam novos alunos".

Considerando que:

1. o Regimento Escolar foi elaborado 4 (quatro) vezes, sendo a primeira apresentada o 27/10/80, a segunda a 27/05/81, a terceira a 05/06/81 e finalmente a quarta a 04/08/81, a Mantenedora esclarece que:

- a) as orientações dadas pelo Supervisor de Ensino nos 3 (três) primeiros foram insuficientes, uma vez que a Escola atendeu cabalmente, às solicitações e ainda assim não satisfaz ao Supervisor;
- b) apenas a análise da Sra. Supervisora de Ensino, datada de 20/07/81 - (fls.117 a 129), permitiu à Escola cabal atendimento.

2. os Planos dos Cursos: Técnico em Contabilidade e Técnico Assistente de Administração, foram refeitos também pela quarta vez à luz da análise da Sra. Supervisora, mencionada no item anterior;

3. no Relatório, datado de 06/08/81 e, na informação da mesma, datada de 04/08/81, a Sra. Supervisora de Ensino declara que "o Regimento Escolar da Escola "Mesquimar" e os respectivos Planos de Cursos para as Habilitações Profissionais Plenas: Técnico em Contabilidade e Técnico Assistente de Administração estão em condições de serem aprovados ou homologados por autoridades competentes, uma vez que atendem ao que dispõe a legislação pertinente em vigor";

4. o indeferimento datado de 06/10/81, do Exmo. Sr. Secretário da Educação "porque as novas instalações não comportam novos alunos" não deve conter correspondência nos mencionados autos, uma vez que somente em 22/10/81, por ocasião da visita à Escola "Mesquimar" do Exmo. Sr. Dr. Roberto Ribeiro Bazilli, Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Secretário da Educação, foram solicitadas (e atendidas) informações quanto ao número de alunos existentes em cada Curso, distribuição dos mesmos pelas respectivas séries e horários das aulas, dados estes nunca antes solicitados por nenhum Supervisor de Ensino e nem por nenhuma Comissão de Vistoria, com digna exceção da presidida pelo mui digno Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Secretário da Educação Dr. Roberto Ribeiro Bazilli;

5. a Comissão de Supervisores de Ensino, por manifestação de 06/05/81, entende "não haver óbice legal à pretensão do requerente";

6. a Comissão de Supervisores de Ensino, em fls. 80, entende, no que se refere ao 2º. andar, "que mesmo não atingindo aos padrões ideais, apresenta condições satisfatórias" e quanto ao prédio entende "estar em condições de abrigar os cursos pretendidos";

7. finalmente, que a mesma Comissão solicita "solução paralela para os alunos cuja vida escolar, está prejudicada".

Juntamente com esse ofício foram protocolados:

1. Relatório do Grupo Especial de Trabalho - Ensino Profissionalizante sobre as instalações da escola, no referente às condições para funcionamento da Habilitação de 2º Grau - Técnico em Eletrônica;

2. Informação dirigida ao Senhor Secretário de Estado da Educação pela Chefia de seu Gabinete que resume a situação, concluindo:

"Isto posto e considerando, sobretudo, os termos da Del.CEE nº 18/78, entendemos que o expediente está em condições de ser submetivo à apreciação do Colendo CEE que melhor dirá do recurso pretendido."

Na sua informação a este Conselho, o Sr. Chefe de Gabinete, esclarece:

"1. A entidade mantenedora inicialmente pleiteou a instalação dos seguintes cursos em nível de 2º. grau: Assistente de Administração, Técnico em Contabilidade, Técnico em Secretariado, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica e Magistério, com aprofundamento de estudos para Pré-Escola (fls.2).

2. À vista de relatório apresentado pela Comissão de Supervisores, a Sra. Delegada de Ensino, com base na deliberação CEE nº 18/78 cc, a resolução SE nº 117/78, com acerto, indeferiu de plano o pedido de autorização para instalação e funcionamento da Escola "Mesquimar" Ltda. com os cursos supra-mencionados (fls. 41 - decisão publicada em 01/11/80). (grifo nosso)

3. A decisão da Sra. Delegada de Ensino deve-se ao fato do expediente estar incompleto, disparidade entre a pretensão da Mantenedora e das reais condições existentes (espaço físico e equipamentos insuficientes) e, principalmente, por ter a escola iniciado seu funcionamento desde o início do ano de 1979 com os cursos de Contabilidade, Administração e Eletrônica, e, portanto, antes da entrada do pedido que se deu em julho de 1979.

4. Tendo a escola continuado a funcionar normalmente sem considerar o despacho denegatório da Delegada de Ensino, a Chefia de seu Gabinete, por despacho de 19/02/81, determinou à 3a. DE a cessação das atividades escolares da referida escola.

5. Não satisfeita a mantenedora com a decisão, apresentou pedido de reconsideração que, após a devida análise, recebeu o despacho de folha 72/73 exarado por V.Excia., segundo o qual foi mantido o indeferimento do funcionamento do CURSO de Eletrônica e, em caráter, excepcional, foi concedido o prazo de 60 dias para providenciar, o saneamento das folhas apontadas. Esclareça-se que esse despacho é de 30/03/81 com a ciência da mantenedora em 03/04/81.

6. Após uma série de providências adotadas pela Escola, com morosidade, agora em 15/06/81, novo prazo de 30 dias foi dado a mantenedora para providenciar a construção de escada e prazo de 75 dias para sanar impropriedades existentes no regimento escolar e no plano de curso.

7. Neste ínterim, a mantenedora requereu também a mudança para novo prédio onde já vinha funcionando seus cursos Supletivos. Feita a vista vistoria a 3a. DE manifestou-se contrariamente a que fosse dada a autorização de funcionamento - por não comportar as novas instalações os alunos dos cursos propostos, em razão do que V.Excia. indeferiu novamente o pedido de autorização de funcionamento dos cursos de 2º grau. (grifo nosso)

Estes são os fatos constatados nos autos. Não obstante, inconformada, a mantenedora voltou a procurar, o Gabinete de V.Excia. e reclamou uma vista do seu próprio Gabinete de suas instalações.

Devidamente, autorizado por V.Excia., acompanhado de dois assessores, pudemos verificar "in loco" as instalações oferecidas.

Agora, apresenta a mantenedora recurso ao colendo CEE no sentido de que seja autorizada a oferecer OS Cursos de Técnico em Contabilidade e Assistente, de Administração.

Como se pode perceber, Sr. Secretário, agiu com correção a DE ao indeferir de pronto o pedido inicial pelas razões já enumeradas e constantes nos autos.

O pedido inicial compendia seis cursos, sendo que três deles já irregularmente em funcionamento.

Após idas e vindas e constante assistência de supervisão em relação à referida escola, finalmente o expediente chegou a decisão final de V.Excia. em 06/10/81 ; portanto, dois anos e des meses após o início do funcionamento.

Face à vista que realizamos pessoalmente à Escola no novo endereço, pudemos constatar o seguinte:

1. Três cursos dos seis inicialmente pedidos continuam em funcionamento, a saber: técnico em Contabilidade, Assistente de Administração e Técnico em Eletrônica.

2. Havendo possibilidade de juntada de turmas, face a levantamento feito por mirra assessoria (vida anexo) as condições físicas comportam o funcionamento simultâneo das três Habilitações com a suplência no mesmo local. Se se não se admitir a juntada das turmas não há viabilidade.

3. Há condições de equipamentos e de biblioteca com relação a dois cursos quais sejam Técnico em Contabilidade e de Assistente, de Administração. Não há equipamentos suficientes em relação a Técnico de Eletrônica (vide anexo).

4. Quanto aos demais aspectos físicos do imóvel, entendemos que, face às adequações procedidas ao longo do período, apresentam condições de funcionamento."

2. APRECIÇÃO

Entendemos haja importante, preliminar de ordem legal a ser analisada antes da manifestação sobre o mérito:

Cabe ao Conselho Estadual de Educação apreciar o recurso interposto pelo interessado?

O Gabinete do Senhor Secretário no seu encaminhamento ao Conselho enfatiza os termos da Del.CEE18/78. Essa Deliberação "fixa normas para funcionamento e reconhecimento de cursos, habilitações e de estabelecimentos de ensino municipais e particulares de 1º e 2º. graus, regulares e supletivos, de educação infantil e de educação especial, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo." (grifo nosso)

Do seu preâmbulo constam os fundamentos legais que a apoiam e entre eles os incisos VIII e IX do artigo 2º, da Lei Estadual nº 10.403 de 06/07/71 e Lei Federal 4024/61 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essa Lei Estadual que "reorganiza o Conselho Estadual de Educação", no seu artigo 2º, fixa, "além de outras atribuições conferidas por lei", as competências do Conselho, entre as quais as dos incisos:

"VIII - fixar normas para instalação, autorização de funcionamento e reconhecimento de estabelecimentos de ensino do primeiro e segundo graus, municipais ou privados, bem como a aprovação dos respectivos regimentos e suas alterações; e

- IX - fixar normas para a fiscalização dos estabelecimentos referidos no inciso anterior, dispondo inclusive sobre, casos de cassação de funcionamento ou de reconhecimento."

Da mesma Lei constam os incisos X e XI que versam sobre Instalação, funcionamento e reconhecimento de universidades e de estabelecimentos isolados de ensino superior nos quais está clara a diferença estabelecida pelo legislador pois se nesses artigos a competência e a de autorizar, nos referentes ao 1º e 2º graus a competência do Conselho Estadual de Educação e apenas a de fixar normas.

Por outro lado, a leitura do artigo 16 da Lei 4024/61 diz textualmente:

"É da competência dos Estados e do Distrito federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à união, bem como reconhecê-los e inspecioná-los."

O parágrafo 3º desse artigo explicita:

"As normas para observância, deste artigo e parágrafos serão fixados pelo Conselho Estadual de Educação." (grifo nosso)

Dessa forma a Lei Estadual 10.403/71, perfeitamente coerente com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deixou à Secretaria de Estado da Educação, órgão responsável pela Administração da Educação, no Estado, a competência para autorizar o funcionamento de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

A Del.CEE 18/78 que fixou as normas para essa autorização é clara no seu artigo 2º (que aliás entendemos ter eleito apenas esclarecedor) quando diz que"os

atos concessórios ou denegatórios de autorização (...) serão de atribuição da Secretaria de Estado da Educação, ~~observadas~~ as normas contidas nesta Deliberação. Nem poderia ser de forma diversa.

Dessas considerações decorre o nosso entendimento de que o Secretário da Educação é a última instância administrativa de recurso a decisões denegatórias de pedidos de autorização para funcionamento de escolas.

Poder -se -ia argumentar que se os procedimentos seguidos pela Secretaria da Educação no Processo e que levaram ao indeferimento pelo Senhor Secretário, ferissem as disposições normativas deste Conselho, caberia o recurso ao Colegiado, numa situação analógica à prevista no inciso XXVIII da mesma Lei 10.403: "julgar em última instância, na forma da alínea "a" do artigo 50 da Lei federal nº 5540/68, recursos por estrita arguição de ilegalidade das decisões firmes das Universidades e dos estabelecimentos isolados do ensino superior (...).

Mas nem hipótese se configura, pois o julgamento da adequação das condições reais da escola às exigências do artigo 5º da Del.CEE 18/78 é uma questão de mérito e não de legalidade, pois que não foi ferido nem um aspecto formal da Deliberação 18/78.

Por todas essas razões nossa conclusão será pelo desconhecimento do recurso impetrado a este Conselho.

Compete ao Senhor Secretário, esclarecidas as divergências entre o relatório da Comissão de Supervisores que opinou pelo indeferimento e o relatório preparado pela Assessoria direta do seu Gabinete, decidir sobre a autorização de funcionamento, revendo, se for o caso, sua decisão de 06/10/81.

Quanto ao aspecto do funcionamento, desde 1979, das Habilitações Técnico em Eletrônica, Assistente de Administração e Contabilidade, sem a competente autorização da Secretaria de Estado da Educação, este sim é da competência deste Conselho, considerado o disposto no artigo 3º da Del. CEE nº 18/78: "somente serão válidos os atos escolares praticados depois da publicação no Diário Oficial, da autorização de funcionamento do estabelecimento, cursos ou habilitações.

No caso, os atos praticados nas três habilitações desde o início de 1979, em plena vigência da Del.CEE nº. 18/78, não são válidos, quer a Secretaria venha ou não a autorizar os CURSOS: para validá-los só encontramos uma solução, aliás já utilizada por este Conselho Estadual de Educação para casos semelhantes: a prestação de exames especiais em nível de última série cursada em todas as disciplinas constantes do currículo de cada habilitação até essa série, por todos os alunos.

Os resultados indicarão a série em que os alunos devem ser matriculados ou se podem receber seu certificado de conclusão ou diploma.

Como se trata de habilitações profissionais, os diplomas só poderão ser expedidos se os exames especiais incluírem também provas práticas das disciplinas cujos objetivos assim o exigirem.

Para cumprimento de estágios da Habilitação em Eletrônica, os alunos concluintes da 3a. série deverão ser matriculados em outras escolas que mantenham a habilitação, no caso de ser mantido o indeferimento do pedido de autorização, pela Secretaria de Estado da Educação.

3. CONCLUSÃO:

1. Deixa-se de conhecer o recurso Interposto pelos mantenedores da Escola "Mesquimar", Capital, contra decisão de 06/10/81, do Senhor Secretário de Estado da Educação, contrária ao deferimento da solicitação de autorização para funcionamento de Habilitações Profissionais: Técnico Assistente de Administração, Técnico em Eletrônica e Técnico em Contabilidade.

2. Encaminhe-se cópia deste Parecer à Secretaria de Estado da Educação para as medidas cabíveis, Indicadas no Parecer, para regularização da situação dos alunos.

3. fica severamente advertida a mantenedora da Escola "Mesquimar" Ltda. pelas inúmeras Irregularidades cometidas especialmente as relativas a:

- início das atividades escolares sem a competente autorização da Secretaria de Estado da Educação, infringindo o art. 3º da Del.CEE 18/78.
- persistência em manter as atividades escolares, após o indeferimento de plano da 3a. Delegacia de Ensino, nos termos da Resolução SE nº 117/78.

CESEG, em 09 de fevereiro de 1983.

a) Consa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA - Relatora

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Bahij Amin Aur, Jessen Vidal, José Maria Sestílio Mattei, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Renato Alberto T. Di Dio e Roberto Ribeiro Bazilli.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 1981.

a) Consa. BAHIJ AMIM AUR - Vice-Presidente no exercício da Presidência

5. DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 17 de fevereiro de 1982.

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES

Presidente